

HISTÓRIA, LITERATURA E LEGADOS HISTORIOGRÁFICOS: ENTREVISTA COM SIDNEY CHALHOUB

Entrevistadores: Claudia Engler Cury, Elio Chaves Flores e Regina Maria Rodrigues Behar

No mês de abril de 2008, o historiador Sidney Chalhoub proferiu a aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB. Depois do trabalho, em meio à degustação da culinária regional, junto às areias orientais de uma praia paraibana, o nosso convidado aceitou gentilmente uma prosa acadêmica sobre o seu ofício de historiador. Evidentemente que já se tinham estruturado os primeiros passos metodológicos para um exercício de história oral, à revelia do próprio aceite: perfil biográfico do historiador e elaboração de uma pauta, um roteiro de questões que pudesse propiciar ao nosso entrevistado a fluência e – por que não dizer – a fruição da prosa que significasse uma espécie de amálgama ao dossiê História e Literatura.

Expoente de uma geração de historiadores que, desde o início da década de 1980, realizou pesquisas riquíssimas sobre o cotidiano dos trabalhadores e a história social da escravidão, Sidney Chalhoub lembra, no prefácio à segunda edição do seu livro, *Trabalho, Lar e Botequim* (Campinas: Editora Unicamp, 2001), que aquela época era “de um estado de excitação política e intelectual, que parecia mais do que idiosincrasia individual”. Diríamos, à moda machadiana, que depois desse livro que se originou de um “mestrado magno”, vieram outras obras, verdadeiros “capítulos de historiografia”.

Com efeito, Sidney Chalhoub acabou se tornando um historiador especialista naquele que, dos Oitocentos até aos dias que correm, é (foi e ainda será?) o nosso mais extraordinariamente irônico e alegórico escritor, o Bruxo do Cosme Velho. Sidney Chalhoub confessa que suas crianças nasceram e cresceram enquanto o pai lia e escrevia sobre Machado de Assis, e se dirigiu à comunidade de historiadores na própria verve de seu interlocutor, ao nomear o seu livro de *Machado de Assis, Historiador* (São Paulo: Cia. das Letras, 2001).

Numa oportunidade ímpar a nossa pretensão – o nosso leitor dirá se conseguimos – não poderia fugir de evocar as relações da historiografia com as fontes literárias e a nossa eficácia, enquanto historiadores, de produzir pesquisa e, ao mesmo tempo, não desperdiçar “imaginação histórica”.

Aos leitores de *Saeculum* brindamos as reflexões de Sidney Chalhoub, escritor, logo, historiador.

Os editores

Saeculum: Em sua trajetória, pessoas ou situações tiveram influência sobre sua decisão de seguir a carreira de historiador? Situações de vida, pessoas marcantes, algo nesse sentido?

Sidney Chalhoub: Nossa, são tantas pessoas! E quase todos professores de história. Mas eu entrei na universidade decidido a ser professor de história. Nunca me ocorreu a carreira de historiador. Eu acho que a trajetória tem muito a ver com aquele momento de entrar na UFRJ, em 1976, e ter aula com a porta de trás da faculdade trancada. Era a época do governo Geisel, mas a UFRJ vivia ainda sob intervenção, com a chefia do Eremildo no departamento de história.¹

Eu vinha de uma família de classe média tijuicana, zona norte do Rio, a zona norte mais abastada do Rio. Então meu problema era estudar, eu gostava de estudar. Eu morava a cem metros do quartel onde boa parte das pessoas foi torturada no Rio, mas cresci sem saber o que se passava ali. O ambiente na UFRJ era opressor, uma coisa muito chocante, por mais que já não fosse o período mais duro da ditadura. E também não havia curso, quer dizer, era um horror!

Eu estudava inglês desde criança, já estava no meu oitavo, nono ano de inglês, e um dia passei no corredor do curso onde estudava e tinha lá: *Bolsas de estudo para graduação nos Estados Unidos*. No dia seguinte estava juntando a documentação, me inscrevi, passei no concurso e, em setembro de 1977, fui embora. Fiquei dois anos fora, levei os créditos que havia obtido na UFRJ e, em dois anos, concluí o curso. Em Lawrence University tive, de fato, os primeiros professores universitários significativos pra mim. Aprendi como os professores são importantes. Em Lawrence cada aluno de graduação tinha um orientador de estudos. Era uma universidade caríssima, excelente, eu tinha bolsa integral. Por isso, das várias dívidas que eu tenho em minha formação, devo incluir o contribuinte norte-americano.

Primeiro houve o choque cultural, já desde o momento da recepção na universidade. Fui ao funcionário responsável pelas matrículas para avaliar os créditos que eu tinha. Então ele perguntou: *o que é que tem aí?* Eu fui lendo, traduzindo o que estava escrito, e quando ele acabou, fez as contas e disse: *Tudo bem, você tem tantos créditos*. Eu pensei, mas não lembro se disse algo em voz alta: *Mas como? Não tem carimbo, burocracia?* Eu aprendi rápido qual era o raciocínio, quer dizer, se eu tivesse mentido, eu me daria mal.

O *adviser* (orientador de estudos) foi o cara que primeiro chegou pra mim e disse, depois dos cursos que fiz com ele, que eu devia pensar em fazer carreira como historiador. Era professor de história da URSS, história da Rússia, e foi com quem eu fiz um curso sobre Marx que foi um divisor de águas no meu jeito de pensar as coisas. Com outro professor fiz um curso sobre a Revolução Francesa. Era uma aula

¹ Eremildo Luiz Vianna, catedrático em História Antiga e Medieval do IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No período do golpe militar de 1964 perseguiu colegas e denunciou uma suposta célula comunista envolvendo professores, ação pela qual ficou tristemente conhecido. Nas suas crônicas políticas, o jornalista Elio Gaspari alcunhou o referido professor de *Eremildo, o Idiota*.

individual, estudo dirigido, realizado durante o período letivo inteiro. No final do curso ele me chamou para dizer que eu deveria seguir carreira como pesquisador. Isso nunca tinha me ocorrido. Acho que foi essa combinação do choque da UFRJ com a experiência nos Estados Unidos que fizeram surgir, no meu caso, a perspectiva da carreira de historiador.

Quando voltei para o Brasil, no segundo semestre de 1979, comecei a dar aula de inglês e juntar dinheiro para voltar aos Estados Unidos e fazer o doutorado. Eu fui aceito em algumas universidades, mas, nesse caso não tinha bolsa, ou as bolsas eram pequenas e eu tinha que juntar o dinheiro para poder voltar. Comecei a dar aula de inglês o dia inteiro e comecei a ter que fazer de novo disciplinas na UFRJ, porque aquela “turma” que estava lá pegava o meu currículo norte-americano e o currículo brasileiro e dizia: *Você não fez aula de história do Brasil, como é que você quer equivalência de diploma...* Aí, como eu não sabia o que iria acontecer, comecei a me inscrever em disciplinas que eles diziam que estavam faltando. Então aconteceu o seguinte: Maria Yedda Linhares², Eulália Lobo³, Manoel Maurício⁴, todos eles tinham voltado à universidade naquele semestre por causa da anistia em 1979. Eu sempre me lembro disso e acho que sou um cara de muita sorte. Eu estava no lugar certo na hora certa, porque foi incrível ver aquela volta. A professora Maria Yedda chegava às sete horas da manhã na UFRJ. A UFRJ tem essa maluquice, acho que até hoje, de as aulas começarem às sete horas da manhã. Meu pai trabalhava ali perto e ele me dava carona; saía às seis horas da manhã e me deixava na porta da universidade bem cedo. Às sete horas, em ponto, chegava a professora Maria Yedda. Durante quase uma hora não chegava mais ninguém (ou assim ficou na minha memória daquele tempo), e enquanto isso, a Maria Yedda não só conversava comigo, me dando aula particular, mas também foi contando a história dela e, depois de um tempo, aconteceu a amizade protetora de uma mestra para com um discípulo. Ela começou a falar da Universidade Federal Fluminense, da pós-graduação que estava começando no país. Ela tinha uma visão política da pós-graduação. E, na verdade, me convenceu a fazer a prova da UFF, em 1980. Eulália Lobo também foi uma professora fantástica que tive à época. Assim, em comparação com o que tinha visto antes no IFCS, eu finalmente tinha professores no Brasil que eram semelhantes aos que tivera nos Estados Unidos. Aulas preparadas, pessoas comprometidas com o ensino. O problema dos professores da velha turma da UFRJ não era somente político, mas também a mediocridade intelectual deles.

Fiz o concurso de pós-graduação da UFF e, em 1981, comecei a fazer os cursos. A UFF foi uma experiência fantástica. Os seminários eram excelentes e havia aquele momento do país, com as eleições diretas de governadores em 1982, a campanha

² Maria Yeda Leite Linhares, professora e historiadora, autora de *História do Abastecimento: uma problemática em questão, 1530-1918* (Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979); e organizadora de *História Geral do Brasil* (Rio de Janeiro: Campus, 1989).

³ Maria Eulália Lahmeyer Lobo, historiadora com relevante contribuição às pesquisas nas áreas de História da América e do Brasil/Rio de Janeiro. Autora de *Imigração portuguesa no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 2001).

⁴ Manoel Maurício de Albuquerque, professor do IFCS, expulso da Universidade do Brasil, em 1969, por força do AI-5. Autor de *Pequena História da Formação Social Brasileira* (Rio de Janeiro: Graal, 1981).

por eleições diretas para presidente. Havia a sensação de viver esses momentos da história em que o futuro está aberto, pode de fato acontecer.

Na UFF havia a Maria Yedda com aquelas pesquisas de história da agricultura, pesquisas detalhadas com fontes cartoriais nos municípios. Tinha o Bob (Robert Slenes),⁵ também com muito conhecimento dessas fontes cartoriais, mandando a gente ir para o arquivo. As aulas e os seminários eram muito quentes e logo surgiram debates internos importantes. Por exemplo, a gente começou a discutir o uso de processos criminais na história social, e havia ainda uma percepção crítica em relação à história do trabalho, muito voltada para a história do movimento operário organizado. Então, como vários pós-graduandos se voltavam para a história da agricultura e para a história da escravidão, queriam exatamente valorizar a experiência de trabalhadores fora dos movimentos organizados, de modo que as fontes cartoriais e judiciais ficaram logo no centro das preocupações de muitos alunos. Havia uma divisão, um debate sobre o que se podia fazer com processos criminais. De um lado, havia uma foucaultiana empedernida, que lia e usava os processos na sua pesquisa, sempre dizendo que eram importantes para estudar representações jurídicas sobre papéis sexuais. Havia um livro de Mariza Correa que a gente leu e debateu bastante – na época, os historiadores interessavam-se muito por antropologia. Ela analisava processos criminais de crimes passionais em Campinas no século XX.⁶ Mariza trabalhava muito com essa idéia da fábula que se conta no processo e a epígrafe do livro é um ditado jurídico: *o que não está nos autos não está no mundo*. Eu imagino que no Direito esse ditado queira dizer que você não pode tomar nenhuma decisão, chegar a nenhuma sentença, levando em consideração coisas que não estão nos autos. Assim não seria possível usar os processos a não ser para estudar as representações jurídicas sobre os comportamentos, e não os próprios comportamentos. Mas havia a outra turma, que dizia: *não, o que não está nos autos ainda assim está no mundo, e nós podemos chegar aos atos por meio dos autos*. Então se entrava na discussão de como fazer isso, a discussão metodológica, de como ler os processos. Muito da introdução de *Trabalho, Lar e Botequim*⁷ é a solução a que eu cheguei, na época, para aqueles debates que eram internos aos seminários: é possível, por meio de processos criminais, contar uma história da experiência dos trabalhadores, do cotidiano, como dizia o título, em resposta muito direta a esses seminários.

⁵ Robert Wayne Andrew Slenes possui graduação em Liberal Arts, Oberlin College (1965), mestrado em Literatura Espanhola e Hispanoamericana, University of Wisconsin, Madison (1966) e doutorado em História, Stanford University (1976). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas, pesquisa entre outros temas, escravidão no Brasil imperial. Entre os seus trabalhos mais importantes citamos *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

⁶ A antropóloga Mariza Corrêa exerceu a presidência da Associação Brasileira de Antropologia. A obra referida é *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais* (Rio de Janeiro: Graal, 1983). Também é de sua autoria o livro *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”* (Campinas: Editora Unicamp, 2006).

⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª. ed. (Campinas: Editora Unicamp, 2001, p. 23-57). A primeira edição foi publicada pela Editora Brasiliense em 1986.

Saeculum: O seu interesse pelo mundo do trabalho, espaço urbano, sociabilidades e cotidiano já estão presentes no seu trabalho de mestrado. Como ocorreu essa opção pelo espaço urbano quando você discutia escravidão?

Sidney Chalhoub: Outra experiência intelectual que para mim foi muito importante nos Estados Unidos foi um curso de relações raciais comparadas, para o qual escrevi um trabalho sobre as relações raciais no Brasil. De início a idéia era fazer uma coisa mais comparativa, mas quando eu entrei na bibliografia sobre o Brasil, que eu nem sabia que existia – Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Arthur Ramos, Nina Rodrigues –, não consegui mais deixá-la. Eu li todo esse pessoal naquela época. Fiz o trabalho, e quando voltei para o Brasil, o meu projeto de mestrado era saber o que tinha acontecido com o negro no período pós-abolição, achando que daria para fazer alguma coisa similar ao que Florestan Fernandes e Roger Bastide tinham feito para São Paulo.⁸ Logo que eu comecei a fazer os cursos na UFF, o Bob (Robert Slenes) e o Ciro Flamarion Cardoso⁹ começaram a me apontar uma bibliografia de crítica a Florestan Fernandes, especialmente à teoria da patologia social que formava o seu trabalho. O Bob me passava muito material sobre discussões semelhantes nos Estados Unidos, que eram muito críticas a essa teoria da patologia social, e lá eram vinculadas a políticas públicas a respeito de raça, de ações afirmativas. Era uma discussão politizada, que ele conhecia muito bem. Logo comecei a ler a bibliografia e entendi que por mais que eu pudesse ficar com o tema do negro no período da pós-abolição, era difícil ficar com aquele quadro teórico.

Paralelamente a essa revisão do quadro teórico, comecei também, graças a um curso do Bob e da orientação dele, a procurar fontes possíveis para fazer o trabalho, e uma das primeiras idéias foi ir atrás dos processos criminais. Comecei a ler os processos criminais do Arquivo Nacional e fiquei fascinado pela experiência. Lia histórias de crimes passionais, crimes entre amigos, parentes, crimes em local de trabalho. Eram acontecimentos que chocavam uma comunidade e exigiam uma fala detalhada, na própria delegacia e depois no interrogatório do juiz.

No final do primeiro ano de mestrado, o resumo da minha situação era o seguinte: ao ingressar eu tinha um tema, cujo quadro teórico precisava de reformulação, mas não tinha fontes; no final do primeiro ano do mestrado, eu tinha decidido trabalhar com processos criminais, mas eu não tinha mais tema, porque os processos não serviam para trabalhar com o negro no período pós-abolição, porque era difícil saber quais processos envolviam negros e ex-escravos. E, também, logo eu entendi que, no caso do Rio de Janeiro, que eu estava estudando, há uma quantidade tão

⁸ Florestan Fernandes e Roger Bastide. *Branços e Negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4.^a ed. (São Paulo: Global, 2008). A primeira edição foi publicada pela Unesco/Anhembi em 1955.

⁹ Professor da Universidade Federal Fluminense, autor de *Ensaio Racionalistas*: filosofia, ciências naturais e história (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988) e, mais recentemente, *Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia*: ensaios (Bauru: Edusc, 2005).

grande de libertação, na segunda metade do século XIX, que a questão da transição para a condição de liberdade acontece ao mesmo tempo em que ainda há escravidão durante décadas. Então resolvi fazer um projeto sobre homicídios no Rio de Janeiro. Li algumas coisas e fiz um projeto. Bem, o livro *Trabalho, Lar e Botequim* não é a realização do primeiro projeto, nem do segundo, mas tem alguma coisa dos dois.

Saeculum: Neste período teu livro marca a renovação teórico-metodológica no campo da história social do Brasil, em meados da década de 1980. Como é que você percebeu a recepção de seu trabalho e como foi a opção pela história social inglesa, a sua inserção com E. P. Thompson?

Sidney Chalhoub: Em primeiro lugar a questão da recepção... O livro foi logo recusado por duas editoras. Há uma coisa que eu acho que nunca contei em lugar nenhum, talvez seja a hora de registrar isso, muito claramente. Entre as possibilidades de orientação que eu tinha na UFF, estava o Ciro Flamarion Cardoso, que era uma pessoa muito ligada à Maria Yedda Linhares. Porém, depois do curso do Bob (Robert Slenes), aquele fascínio pelos arquivos – o Bob é uma pessoa que transmite fascínio pela pesquisa –, eu fiquei totalmente seduzido pelas possibilidades de pesquisa arquivística que ele abria. Mas mantive um contato muito próximo com Ciro Flamarion, fazia os cursos dele, ele lia e criticava o que eu escrevia. No entanto, quando eu comecei a escrever sobre os crimes, usando esses processos com um enfoque voltado para a questão do cotidiano, da cultura dos trabalhadores, Ciro Flamarion mostrou-se bastante crítico em relação ao viés que o trabalho acabara assumindo. Defendi a dissertação, sem que o Ciro estivesse na banca. A banca foi Maria Yedda, com quem eu tinha uma dívida impagável, Bob Slenes, meu orientador, e Margarida de Souza Neves¹⁰, uma professora incrível cujos cursos eu adorava. Bem, o Ciro Flamarion assistiu à defesa. Depois ele leu a dissertação inteira e aí marcamos uma conversa. Lá fui eu, sem saber o que me esperava. O Ciro sentou, tinha lido o trabalho inteiro, estava com a cópia toda anotada, e falou, falou, por um tempo que para mim parecia uma eternidade! Pode ser que ele tenha falado quinze minutos, mas a impressão que guardo até hoje é de que falou uma hora inteira. Descascou o trabalho, entendeu? Desde a qualidade do português, até os argumentos. Mas uma crítica muito séria: *aqui eu discordo disso, discordo daquilo e pá, pá, pá!* Eu estava naquele sufoco, querendo fugir, aí ele pegou e disse assim: *agora, apesar de tudo isso de que eu discordo, é um trabalho excelente e tem que ser publicado.* Então ele puxou uma carta dirigida à Editora Brasiliense e me entregou. Naquela época ele tinha prestígio na Brasiliense, publicava livros pela Brasiliense, e foi assim que eu consegui publicar o livro.

Agora E. P. Thompson: nessa época eu tinha lido a *Formação da Classe Operária Inglesa*, graças ao Bob também, mas eu passei a ler muito mais Thompson na

¹⁰ Historiadora com vários trabalhos publicados e organizados na temática história e literatura, especialmente a crônica. Uma dessas participações consta em Sidney Chalhoub; Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de M. Pereira. (Orgs.). *História em Cousas Miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil (São Paulo: Editora Unicamp, 2005).

Unicamp, mesmo porque eu tinha essa vantagem de ler bem em inglês, então lia os textos que ainda não tinham sido traduzidos. Mas a influência de Thompson se torna muito mais evidente no Brasil depois das traduções da Editora Paz e Terra, que são da segunda metade dos anos 1980 em diante. Eu acho que começa com aquela coleção que o Edgar de Decca coordenava.¹¹

Saeculum: Existe até a polêmica, sobre quem foi que introduziu E. P. Thompson no Brasil? Se a UFF ou a UNICAMP?

Sidney Chalhoub: A Unicamp foi mais decisiva quanto a isso. Reza a tradição que houve nisso muito da influência de Michael Hall.¹² O próprio Bob Slenes era ligado ao pessoal da Unicamp, para onde se transferiu em 1983. E. P. Thompson era totalmente periférico na UFF. Quando cheguei à Unicamp encontrei uma “thompsonomania” total que nunca existira na UFF, pelo menos não naquela época. Veja, eu me considero tanto filho da UFF quanto da Unicamp, porque na UFF eu aprendi, por exemplo, a tradição da pesquisa empírica. Essa tradição de pesquisa empírica, arquivística, era já muito forte na UFF quando eu cheguei lá; pareceu-me menos estabelecida na Unicamp em meados dos anos 1980. Mas foram docentes da Unicamp que passaram a patrocinar a tradução das obras históricas de Thompson. A *Formação da Classe Operária Inglesa, Senhores e Caçadores*¹³, depois *Costumes em Comum*¹⁴, houve gente da Unicamp envolvida em todo esse esforço de tradução.

Saeculum: O seu livro *Visões da Liberdade*, publicado em 1990, seria mais thompsoniano?

Sidney Chalhoub: Eu acho que já é outro momento. Aí já se tem uma leitura muito mais refletida de E. P. Thompson. Vários anos de cursos, seminários na Unicamp, na segunda metade dos anos 1980, com o grupo de professores que lá estava. *Visões da Liberdade* se beneficiou, também, de uma feliz coincidência institucional, digamos. Eu fiz concurso para o Departamento de História em 1984 e comecei a dar aulas em 1985. Paralelamente, fazia os seminários e realizava a pesquisa do doutorado.

¹¹ Trata-se da Coleção Oficinas da História, dirigida por Edgar Salvadori de Decca, cuja abertura foi a publicação da obra magna de E. P. Thompson: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I (A árvore da liberdade). Vol. II (A maldição de Adão). Vol. III (A força dos trabalhadores). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹² Michael McDonald Hall, historiador de origem americana, radicado no Brasil, autor de *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914* (Tese de PhD, Columbia University, 1969).

¹³ Esse livro de E. P. Thompson constitui o Vol. 7 da Coleção Oficinas da História. Ver: *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

¹⁴ Esse último livro é uma coletânea de artigos do autor publicado originalmente em Londres no ano de 1991. Ver E. P. Thompson. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (São Paulo: Cia. das Letras, 1998).

Eu vinha daquela pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores, não tinha muita experiência com o tema da escravidão, que era contudo o assunto de meu projeto de doutorado. Então o Departamento de História da Unicamp resolveu investir na formação de um grupo de historiadores da escravidão. Peter Eisenberg¹⁵ e Robert Slenes já estavam lá, logo em seguida vieram Leila Algranti¹⁶, Silvia Lara¹⁷ e Célia Azevedo¹⁸. Bem, discutir uma pesquisa sobre escravidão em andamento com esse pessoal era uma maravilha. Eu não sabia nada sobre escravidão, estava aprendendo, era aluno, era a primeira pesquisa que eu fazia sobre o tema e quando chegava aos seminários, quem eram meus colegas? A Leila, a Silvia e a Celia, todos sob a batuta de Peter e Bob. De novo, dei muita sorte.

Do ponto de vista da aproximação, era evidente, para nós, que a idéia era contar uma história da escravidão na qual os escravos fossem sujeitos políticos de sua história. Achávamos um falso problema ter de decidir se a escravidão era paternalista ou violenta. Por definição a escravidão era uma instituição extremamente violenta, que funcionava pelo recurso ao castigo físico e à venda de pessoas. No entanto, o problema era entender – na fórmula sartreana – o que as pessoas faziam com o que faziam delas. Isso nos fornecia um norte. Eu me lembro que na segunda metade dos anos 1980 houve uma ANPUH na Unicamp, para a qual Silvia Lara e eu organizamos uma mesa cujo título era: *Os maus modos de produção dos escravos*. O título era para polemizar com Ciro Flamarion Cardoso, com Jacob Gorender.¹⁹ Para dizer assim: *Olha, essa discussão de vocês sobre modo de produção escravista não nos interessa mais. Queremos pesquisar os modos dos caras, e não debater teoria de modo de produção*. Quer dizer, o suposto é que eles são sujeitos políticos. O tipo de política que eles fazem, evidentemente, não tem a ver com o futuro do pretérito deles. Eles não vão organizar partido, não vão provavelmente fazer greve, lutar por uma jornada de trabalho de oito horas, porque evidentemente a pauta do movimento operário não era a deles. Mas qual era a pauta deles? Havia? Claro que pauta aí tem um sentido totalmente figurado. Quer dizer, quais eram as experiências coletivas horizontais que davam sentido à idéia de que um escravo era escravo, que faziam parte da experiência de todos eles e que, independentemente de isso se traduzir ou não em instituições e ações coletivas – às vezes até se traduziam – informavam a experiência da escravidão para quem era escravo?

¹⁵ Peter Louis Eisenberg (1940-1988) doutorou-se em história (1969) pela Columbia University, transferindo-se para o Brasil em 1975. Autor do livro clássico em história econômica e social, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977).

¹⁶ Leila Mezan Algranti, historiadora, autora de *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821* (Petrópolis: Vozes, 1988).

¹⁷ Silvia Hunold Lara, historiadora, autora de *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).

¹⁸ Celia Maria Marinho de Azevedo, PhD em história (1993) pela Columbia University, autora da obra clássica, *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), correspondente ao Vol. 6, da Coleção Oficinas da História.

¹⁹ Jacob Gorender, autor de *O Escravismo Colonial* (São Paulo: Ática, 1988) e *A Escravidão Reabilitada* (São Paulo: Ática, 1990).

O livro *Visões da Liberdade*²⁰ é organizado em torno desses eixos. Escolhi três significados sociais gerais da escravidão que eram muito importantes para entender política de domínio na escravidão em qualquer lugar, mas que naquele momento estavam extremamente politizados pela conjuntura da emancipação: a questão da compra e venda, o problema da ideologia da alforria e o conceito de liberdade dentro da escravidão, que tinha a ver com a noção de “viver sobre si”, dos espaços de autonomia na experiência da escravidão urbana, mas não só nela.

Saeculum: No livro, *Machado de Assis, historiador*, você, num certo momento, diz que o conceito de classe às vezes é insuportável. E isso é uma discussão thompsoniana, pois E. P. Thompson polemizou a excessiva teorização sobre as classes sociais. O que você acha disso?

Sidney Chalhoub: Não me recordo da passagem mencionada. Mas no caso do livro *Visões da Liberdade*, eu me lembro de um episódio num seminário sobre o livro, no grupo de história do movimento operário e história do trabalho na Unicamp. Um dos presentes parecia ter uma lista de quesitos para avaliar a política cotidiana dos escravos e nosso diálogo foi mais ou menos assim: *Professor, então você está argumentando que os escravos articulavam e compartilhavam coletivamente visões sobre o tipo de exploração que eles sofriam?* Eu respondi que sim. *Você está argumentando que os atos políticos deles, os coletivos, eram informados por essas experiências coletivas?* Eu disse que sim. Ele fez outras três ou quatro perguntas do mesmo feitio, e depois que eu acabei de dizer sim a todas elas, ele arrematou: *Então você quer dizer que a experiência da escravidão pode ser entendida por meio do conceito de luta de classes?* Eu respondi: *Sim!*

Nesse caso, E. P. Thompson nos ajudava muito a pensar. Aquele texto dele, *Luta de classes sem classes*, que circulava muito em espanhol à época, tinha uma correspondência muito importante com o que achávamos sobre escravidão. Hoje em dia a coisa está mais complicada, porque as pesquisas sobre africanidade na história da escravidão brasileira, outro caminho aberto por Robert Slenes, em trabalhos sofisticadíssimos, nos obrigam a ponderar as relações entre a África (ou as Áfricas) e a cultura dos escravos no Brasil. É nessa hora que vemos os limites de quadros teóricos alienígenas, por assim dizer, que não contemplam de modo algum os problemas que temos de enfrentar em nossas pesquisas.

E tinha aquela piadinha desqualificante que o Bob (Robert Slenes) fazia comigo, ele que fora o orientador da tese, origem de *Visões da liberdade*. Depois que eu acabei o trabalho, um dia ele virou para mim, quando ele estava começando com esse negócio do que havia de africano na escravidão brasileira, e disse: *O livro é muito bom, excelente trabalho, o único problema é que seus escravos podiam*

²⁰ Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

ser noruegueses. Bob Slenes é descendente de noruegueses. A gente ri até hoje disso. Hoje eu devolvo a piada para ele, quando acho que ele está exagerando na africanidade: *Bob, o problema é que esses escravos tornavam-se ladinos, ficavam brasileiros também, certo? Às vezes eu digo isso: São ladinos Bob, não são apenas africanos não, são ladinos. Mas isso é piada interna, e a gente faz à vontade, sem problema.*

Saeculum: Na tua trajetória acadêmica o trabalho com a literatura teve uma dimensão de viragem historiográfica ou foi uma trajetória comum de formação? Qual o significado disso?

Sideny Chalhoub: A história começou da seguinte maneira, e como eu estou toda hora falando do Bob (Robert Slenes), eu acho que é bom prestar esse tributo ao meu mestre mesmo, pois novamente foi ele o responsável. Bem, acho que vem um pouco da minha carioquice também, do interesse pelo Rio Antigo, como se dizia na escola quando eu era menino. Eu lia muito Machado de Assis e a literatura brasileira do XIX foi uma descoberta da adolescência. Quando entrei na universidade ficou um pouco de lado, em vista da busca da formação em História. Quando eu estava fazendo o doutorado, o Bob leu um livro de John Gledson²¹ e ficara muito impressionado com os argumentos a respeito das alegorias sobre a história do Brasil que existiriam na obra de Machado. Ele me disse numa conversa de orientação: *Por que você não lê este livro?* Bem, como eu tinha esse interesse por Machado de Assis, depois de ler o livro do Gledson comecei a reler Machado de Assis. Isso foi no final dos anos 1980 e me lembro que eu lia e relia os romances de Machado de Assis, conforme ia escrevendo *Visões da Liberdade*. A partir do início dos anos 1990, comecei a lecionar disciplinas sobre Machado de Assis na Unicamp, experiência que durou até cerca de cinco anos atrás.

Qual foi a questão central nessa releitura de Machado? Foi exatamente ver como a literatura dele fazia um esforço de representação do modo de atuação dos dependentes, dos escravos, na sociedade brasileira do século XIX. Foi isso que me pegou na leitura, pois era o tipo de enfoque que não estava em intérpretes machadianos como John Gledson e Roberto Schwarz²². A experiência de anos de história social me permitia ver aqueles textos a partir de outra perspectiva. Aprendi a ver em Machado de Assis várias daquelas coisas que eu descrevia no livro *Visões da Liberdade*, sobre inviolabilidade da vontade senhorial, ideologia paternalista, sobre a possibilidade de o dependente – fosse livre ou escravo – se tornar ladino dentro

²¹ Trata-se do Vol. 56 da Coleção Literatura e Teoria Literária, também publicada pela Editora Paz e Terra. Ver John Gledson. *Machado de Assis: ficção e história* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986). O mesmo autor também organizou a publicação de um acervo de crônicas de Machado de Assis. Ver John Gledson. *Bons Dias: crônicas, 1888-1889* (São Paulo: Editora Unicamp; Hucitec 1990); e *A Semana: crônicas, 1892-1893* (São Paulo: Editora Unicamp; Hucitec, 1996).

²² Autor de dois importantes livros sobre a obra machadiana: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981); e *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990).

dessa ideologia, para atingir objetivos próprios a despeito da vontade dos senhores, ou mesmo por meio da realização dos desígnios dos próprios senhores.

Em relação aos estudos sobre Machado de Assis, me incomodava o fato de não haver muita documentação direta sobre as idéias políticas dele. Eu estava diante de textos difíceis de interpretar. Qual o sentido, ou quais os sentidos possíveis, deles? Eu precisava de outro tipo de apoio, para potencializar a interpretação até literária daqueles textos. Precisava colocar os textos machadianos numa rede de interlocução social para fora da literatura, para além das analogias que eu já fazia entre o que acontecia na literatura e o que eu havia estudado nos processos judiciais. Então, ao explorar possibilidades, li aquele livrinho do Magalhães Junior, *Machado de Assis, funcionário público*²³, que contava a carreira de Machado como funcionário. A essa altura eu já conhecia muito bem o material do Arquivo Nacional proveniente da administração pública, sabia como funcionava a administração do Império. Então foi fácil descobrir onde é que estava o material da seção em que Machado trabalhou naqueles anos todos. Comecei a ler os livros e maços pertinentes, na expectativa de encontrar material que permitisse estabelecer novas intertextualidades entre a literatura e outros tipos de texto.

Saeculum: No livro *A História Contada*²⁴, de 1998, a apresentação que você faz junto com Leonardo Affonso de Miranda Pereira parece ser um manifesto para os historiadores profanarem a literatura. Você pode explicar o sentido de tomar a literatura sem reverência?

Sidney Chalhoub: O que acontece é o seguinte: você começa a ler a crítica literária sobre Machado de Assis e há essa espécie de dogma, de que a literatura dele só atingiu a qualidade conhecida porque Machado teria assumido uma atitude absenteísta em relação à política. Por exemplo, a biografia do crítico literário francês, Jean-Michel Massa²⁵, sobre o jovem Machado, que estuda a vida e a obra dele entre o final dos anos 1850 até 1869/70. Foram os anos de militância de Machado, quando ele foi redator do *Diário do Rio*, período de escrita de muitas crônicas políticas. Ele era totalmente ligado aos liberais exaltados. Até simpatias republicanas apareciam no jornal. Machado de Assis era a “pena” dos ataques daquele periódico aos conservadores e outros oponentes políticos. Massa conta essa história a partir do pressuposto de que houve alguma coisa nesse período que fez Machado adquirir um desgosto pela política. Adquirido tal desgosto, superada essa fase militante, estaria aberto o caminho para a grande literatura machadiana. A grande literatura dependeria do amadurecimento, e o amadurecimento se media pelo grau de

²³ Ver Magalhães Júnior. *Machado de Assis, Funcionário Público* (no Império e na República) (Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras públicas, 1958).

²⁴ Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de M. Pereira. (Orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, Apresentação, p. 7-13).

²⁵ Autor de *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. Ensaio de biografia intelectual (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971).

apagamento da política. É essa auto-imagem que literatos do século XIX começam a construir, em especial após a fase de luta pela Abolição e pela República. Machado de Assis participou dessa construção, apesar de trair o credo a cada texto *quando diz da política fingindo não dizer*. É evidente que não há nenhuma lei que postule uma oposição entre a grande arte, ou a grande literatura, e o engajamento político.

Nesse aspecto, a leitura do livro de Pierre Bourdieu, *As Regras da Arte*²⁶, foi muito legal, porque ele de fato mostra como esse mito da autonomização da literatura é inventado na literatura francesa do século XIX. Nesse caso, virou um problema empírico, porque eu comecei a achar que de fato eu podia provar que havia muita politização naqueles textos machadianos, e ao mesmo tempo, essa politização ocorria dentro de uma determinada concepção de literatura. Quer dizer, para Machado de Assis é muito claro que a matéria da literatura é a alegoria. Ou seja, o sentido político do texto literário é, por definição, alegórico. Então foi importante ver o Machado no Ministério da Agricultura, pois alguns dos pareceres que ele deu foram os mais militantes que você pode encontrar no interior do Ministério. Pareceres incisivos dados pela seção que ele chefiava – a favor, por exemplo, de alargar os sentidos da lei de 1871 em benefício dos escravos. Então ele via com muita clareza a importância dessa batalha jurídica dentro da administração em defesa da liberdade dos escravos.

Para os meus propósitos foi decisivo fazer essa pesquisa, para mostrar como a interpretação do sentido político daquela literatura parecia compatível com o sentido político das intervenções do burocrata, ao politizar a escravidão no interior da administração pública. Para isso tudo, os trabalhos de John Gledson e de Roberto Schwarz foram, de fato, o meu ponto de partida. O livro de Raymundo Faoro²⁷ também foi importante, embora haja um problema de procedimento metodológico no livro dele. Ele seleciona os temas, recorta-os nos escritos de Machado de Assis, mas dilui o que há de especificamente literário em cada texto. Eu fico inseguro em interpretar temas nesses textos fora do seu lugar literário, dissociados da obra literária específica em que os comentários aparecem. Gledson e Schwarz oferecem outro tipo de leitura. Gledson está muito mais preocupado com a intencionalidade do texto, em decifrar alegorias que Machado de Assis teve a intenção de propor. Schwarz apresenta uma leitura mais estrutural, construída a partir da hipótese de que a forma literária traduz a lógica social. Logo, para ele, a diferença entre Machado e os outros escritores do século XIX brasileiro é que Machado teria sido mais bem sucedido em criar uma literatura na qual a forma do texto convence enquanto expressão da lógica social. Sem essas leituras eu não poderia ter pensado o que pensei em *Machado de Assis, historiador*.

Mas hoje eu acho que o livro é muito tímido quanto a marcar a diferença entre a minha leitura e a leitura desses autores. Só no primeiro capítulo eu me permito umas páginas sobre isto, que chamo de entreato teórico. Eu deveria ter desenvolvido uma crítica mais incisiva às leituras de Gledson e Schwarz pelo seguinte motivo: esses dois projetos de leitura não incorporam a questão da atuação política dos

²⁶ Pierre Bourdieu. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

²⁷ Ver Raymundo Faoro. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976). Vol. 356 da Coleção Brasileira.

dependentes e o modo machadiano de pensar o problema da escravidão. O meu livro mostra que a escravidão foi tema central em Machado de Assis, dimensão totalmente ausente na leitura deles. No caso de Schwarz, ele escreveu *Ao Vencedor as Batatas*, livro em que expõe a sua matriz teórica, no final dos anos 1970, quando a historiografia social ainda não tinha acontecido no Brasil. O livro que ele tinha para entender a escravidão no Brasil era o do Fernando Henrique Cardoso²⁸, então eu acho que ele não tinha material para pensar de outro jeito. Gledson não tematiza isso porque ele incorpora inteiramente tudo que o Schwarz diz a respeito dessas questões estruturais. A introdução do livro *Ao Vencedor as Batatas* é muito interessante do ponto de vista de apresentar uma interpretação sobre a história do Brasil no século XIX que coloca tudo em algum lugar, não deixa quase brecha para nenhuma dúvida. Nela, Schwarz define o que é liberalismo, o que é favor, o que é escravidão, afirma que a literatura brasileira centrou todos os seus esforços na questão do favor, e não na questão do liberalismo. Por causa dessa distância entre o liberalismo no centro, com burguesia, racionalidade, eficiência, sonho industrial, e o liberalismo da periferia, das idéias fora do lugar, chegamos a um paradigma da ausência para explicar a história do país. Nossa história é lacunar, definida por uma série de ausências constatáveis ao medi-la pela régua da história do centro. Aliás, quanto a isto, um texto esclarecedor que eu li na época foi *As Peculiaridades dos Ingleses*²⁹. Os ingleses também “medem” a sua história em relação aos franceses, e vice-versa. Por isso essa idéia de que a régua para a sua história tem que ser alguma outra história, não é uma mania brasileira, talvez seja uma mania ocidental. O meu argumento é que, no caso de Schwarz, no primeiro livro, ele nem tinha os elementos para uma discussão intelectual alternativa àquela situada nos quadros teóricos de interpretação da sociedade brasileira segundo a escola sociológica paulista. Então ele adota uma definição abstrata de liberalismo que não aconteceu em lugar nenhum. Quer dizer, o liberalismo é uma prática, ele acontece de um jeito diferente em cada situação histórica. Por exemplo, no século XIX brasileiro, havia uma ligação umbilical entre liberalismo e escravidão. Não havia contradição alguma entre essas coisas. É só ler um pouquinho do que se tem escrito desde o final da década de 1980, usando fontes judiciais sobre escravidão, para ver que se defendia a escravidão em nome do liberalismo. No caso do favor, do paternalismo, eu diria que Schwarz só o interpreta a partir da ótica de quem nunca desce do varandão da casa grande. Ele acredita que o jeito como aquelas pessoas representam o mundo, é o mundo. Quanto ao segundo livro, *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*, que já é de 1990, o que acontece? Ele propõe uma interpretação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) que, até onde vai, parece-me correta, uma belíssima descrição do universo mental do Brás Cubas, como alegoria da mentalidade senhorial. Isso era parte do projeto de Machado de Assis para o livro, ao criar essa situação potencialmente vexaminosa para a classe dominante, exposta pelo cara morto que vai dizer toda a verdade sobre si mesmo. Então, ao fazer isso, Brás exporá um jeito de pensar, e o meu esforço no livro, em relação ao Brás Cubas, é mostrar como aquele narrador, em primeira pessoa, expressava a ideologia paternalista, inclusive em tudo que ela

²⁸ Autor de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003). A primeira edição é de 1962.

²⁹ Ver E. P. Thompson. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Organizado por Luigi Negro e Sergio Silva (Campinas: Editora Unicamp, 2001).

não conseguia perceber, em especial quanto às ações dos dependentes que buscavam objetivos próprios não percebidos pelos senhores.

Machado de Assis, como sempre, constrói boa parte dessas alegorias por meio das personagens femininas. Há essa questão de gênero que atravessa a leitura de classe o tempo inteiro, que é outra coisa que eu deveria ter explicitado melhor no livro. Eu suponha que estava propondo uma leitura que era de classe e gênero ao mesmo tempo, mas eu não usei a palavra gênero e isso, hoje em dia, é absolutamente imperdoável (quanto à palavra classe, devo tê-la usado duas ou três vezes, se tanto). A história de tudo que Brás Cubas não consegue enxergar sobre o mundo dele é revelada ao leitor por meio do que as mulheres fazem com ele. Na verdade, o que é que Machado de Assis faz? O relato de Brás Cubas pode ser lido como um documento, desses que historiadores interpretam habitualmente. Logo, haverá no relato dele testemunhos mais diretos do real, por assim dizer, isto é, coisas que o próprio Brás desejou incluir em seu relato. E haverá informações sobre uma série de aspectos que Brás não entendia sobre o seu próprio mundo, que apareciam em seu relato à revelia de suas intenções. Em geral, apreendemos isso ao observar os diálogos e demais interações de Brás com as personagens femininas.

Machado de Assis, Historiador é uma tentativa de provar que essa leitura é possível e que ela permanece inconcebível no quadro teórico de Roberto Schwarz, logo também o é para John Gledson. O que eu faço, portanto, é bem diferente do que eles fizeram e eu deveria ter explicado isso no livro. Continua sendo verdade que eu não teria feito nada sem que eles tivessem aberto um caminho, me provocado. Mas o resultado a que chego é diferente porque incorpora um legado historiográfico que nós criamos nas últimas décadas. Não dá mais para falar da sociedade brasileira do século XIX como se falava há trinta anos, logo a leitura da literatura de Machado de Assis, baseada naquela produção, precisa ser repensada em função de um outro jeito de conhecer aquela sociedade.

Saeculum: Toda essa renovação, todos esses referenciais novos para se pensar não só a história do século XIX, como a história do Brasil, faz parte de um amplo movimento. Você acha que a literatura tem ocupado um espaço importante atualmente, também no campo da historiografia? Além do seu trabalho, que é o trabalho de referência, que outros historiadores você vê trabalhando com abordagens interessantes sobre a literatura no Brasil?

Sidney Chalhoub: Essa é uma pergunta muito complicada. Porque eu vou citar o nome de um, não cito outro, fico em apuros. Posso falar do meu grupo, mas acho que o que direi se aplica a muitos historiadores que lidam com literatura. O nosso forte é estarmos numa disciplina com uma tradição empírica muito sólida. O problema da Literatura é muitas vezes o texto ficar essencializado, fora do seu tempo, tanto do ponto de vista da interpretação do texto em si, como do ponto de vista da própria pesquisa. Por exemplo, se a gente sabe que quase todos os romances de José de Alencar foram folhetins primeiro, que vários romances de Machado de

Assis foram folhetins primeiro, por que não ler esses textos nos jornais e revistas, nos veículos em que apareceram originalmente? O que havia em volta deles? Que outros textos? O que podemos aprender ao observar tais coisas? Houve reação de leitores na época? Como pensar a questão da recepção quando você lida com esses textos onde eles apareceram pela primeira vez, e não como essências atemporais canonizadas?

Parece-me que a contribuição dos historiadores que trabalham com literatura deve ser tratar a literatura radicalmente como documento histórico e por isso adotar procedimentos de pesquisa de história: isso aqui é um texto que tem lugar, tem um veículo específico, tem um tempo específico. Por exemplo, como era a experiência de ler um romance de Machado de Assis a prestação, um capítulo por semana? O que havia em torno, no próprio jornal, que poderia se relacionar com aquilo que estava acontecendo ali?

Tenho formado vários alunos na Unicamp, que estudam e trabalham com literatura, em geral do século XIX. O trabalho começa com esse negócio de ir ao texto onde ele saiu antes e de entender o jornal, o periódico. Qual é o espaço do texto que você está lendo no periódico em que foi publicado? Quais são as outras colunas? Que tipo de diálogo se estabelece entre as diversas colunas do jornal? Que diálogo este jornal estabelece com outros periódicos? Quais são os temas discutidos e que podem ou não incidir sobre as escolhas do seu autor ou autora? Caso se trate de um jornal dirigido ao público feminino, até que ponto isso interfere no tipo de texto que o seu autor ou autora envia para aquele veículo? Como se compara com o texto enviado para outro tipo de periódico? E assim por diante. O historiador tem que se aproximar da literatura segundo as regras do seu ofício.

Nesse sentido, a crônica é um gênero muito importante. Durante muito tempo, no Brasil, mas não só aqui, o folhetim trazia ao menos duas coisas diferentes, alternadamente: ou apareciam ali romances e contos publicados em capítulos, ou publicavam-se crônicas de variedades. Aos poucos, essas duas coisas se separaram, até que o folhetim-romance se torna livro, e a crônica permanece no jornal, na revista, às vezes especializada em temas diversos – crônica de costumes, esportiva, política etc. Esse gênero tem uma história ininterrupta no Brasil desde ao menos a década de 1830 até agora. E é um gênero que sumiu em outras culturas. Não existe isso na França, não existe isso nos Estados Unidos. Eles têm colunista de opinião política, mas não tem nenhum Luiz Fernando Veríssimo, por exemplo. Trata-se de um gênero interessante para o historiador, porque ele permite essa pesquisa da interlocução em torno dos assuntos de uma maneira extraordinária. Ao mesmo tempo, há uma série de questões sobre o fazer literário desses textos, que normalmente os próprios críticos literários não tematizam porque os subestimam. Veja, por exemplo, John Gledson, cuja introdução ao volume anotado da série *Bons Dias* é inteiramente alheia à construção do narrador na série. O narrador tem nome, diz quando nasceu, que idade tem, de onde é; ele é uma personagem do texto. Gledson chega a dizer no seu último livro – eu escrevi uma resenha desse livro, uma resenha muito crítica,

porque eu achei o livro terrível³⁰ – que o pseudônimo nessa série é *Boas Noites*, porque o texto começa com *Bons Dias* e acaba com *Boas Noites!* Confusão em estado puro.

Outro aspecto importante no trabalho com literatura, que tem a ver com a área de história, é o que Carlo Ginzburg chama de “leitura lenta”. Aquela coisa da leitura à moda antiga, devagar, buscando as referências. Tenho ministrado cursos trabalhando com literatura na pós-graduação, especialmente na Unicamp, e o mote do curso é sempre esse: ler qualquer fonte como literatura, prestando atenção aos seus aspectos narrativos. O desafio é trazer uma página, duas páginas de documento, e levantar questões para discutir esse documento durante três horas de seminário. Se estamos lendo uma carta de alforria, começa lá: *No ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e tanto*, paro e pergunto: *E aí, porque é que está começando assim? Em casa de morada do juiz...* Mas por que é na casa do juiz? Quer dizer, transformar cada frase num problema. Se toda forma tem conteúdo, então qual é o conteúdo?

Não é só a literatura que tem que ser lida devagar. E agora temos a praga da pesquisa com máquina digital. Isso é uma coisa que pode comprometer a formação das pessoas de um modo irremediável. É preciso insistir na necessidade da lentidão. O problema é conciliar isso com essa paranóia numerológica que nos invadiu. Eu acho que temos de arrumar um equilíbrio entre essas coisas, porque também é necessário manter condições mínimas de controle do fluxo de entrada e saída de orientandos, de número de professores. Esses aspectos são importantes. Mas e a idéia de que todo mundo tem que estar o tempo todo pesquisando e, simultaneamente, publicando adoidado? É maluquice, porque há pesquisas que precisam de anos para começar a produzir um resultado decente. Por que não temos o direito de esperar que isso aconteça? Por que atropelar o processo e publicar uma porção de textos prematuros?

Saeculum: Você dá esse exemplo com o trabalho das crônicas, não é? Quando o grupo começou a pesquisar?

Sidney Chalhoub: Temos recolhido crônicas desde meados dos anos 1990, quando começamos a comprar jornais antigos. Tivemos essa idéia de comprar da Biblioteca Nacional tudo que eles tinham de periódicos em microfimes. Temos desenvolvido um projeto atrás do outro, um trabalho institucional pesadíssimo. Eu coordenei o projeto inicial. Eram recursos vultosos e muita responsabilidade administrativa. Os bolsistas fazem a conferência e a catalogação inicial, para que o Arquivo Edgard Leuenroth possa disponibilizar mais rapidamente o material. Começamos então a ler romances nos folhetins, a identificar séries de crônicas. De vez em quando aparece um aluno ou aluna com interesse nesse tipo de pesquisa,

³⁰ John Gledson. *Por um Novo Machado de Assis: ensaios* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). Ver a resenha de Sidney Chalhoub em *ArtCultura*. Vol. 8. N.º 13. Uberlândia, jul-dez., 2006, p. 109-115.

logo sugiro a leitura dessa ou daquela série de textos. Ele ou ela começa a ler algumas coisas teóricas, começa a ler também o jornal, porque na história a teoria não precede a empiria. Se há jeito para pesquisa, daqui a pouco o aluno ou aluna verá relações entre as coisas. Tenho vários estudantes de iniciação científica, de mestrado, de doutorado, com monografias, dissertações e teses já concluídas. Eu tenho uma aluna agora, por exemplo, Daniela Silveira, fazendo uma tese sobre os contos de Machado de Assis. Qual é o problema da tese? Quando Machado organizava um volume de contos, escolhia entre uma penca deles os que apareceriam no livro. Que critério ele utilizava para escolher os contos que estariam em cada volume específico? Ela lê os contos nos periódicos em que apareceram primeiro, tenta entender a lógica da invenção de pseudônimos. Qual o sentido do pseudônimo, quando ele se torna o autor suposto de vários contos? Que revisões sofrem os textos, ao passar do periódico para o livro? Esse trabalho é de leitura lentíssima, a que aprendemos a fazer ao analisar documentos.

Saeculum: E a questão das identidades de Machado de Assis? Na década de 1970, por exemplo, Emília Viotti da Costa³¹ conta aquela piada que José Veríssimo, no velório de Machado, escreveu um texto comovente que dizia que ele era um mulato e Joaquim Nabuco imediatamente não gosta e diz que Machado jamais gostaria de ser chamado de mulato. Depois temos os trabalhos de Roberto Schwarz e de John Gledson debatidos nessa entrevista, e o seu trabalho que inverte todos esses entendimentos a respeito do “mundo machadiano”. Mas em 2007, foi publicado um livro chamado *Machado de Assis, afro-descendente*³², organizado por Eduardo de Assis Duarte, professor de literatura da UFMG, que inclusive cita parte de sua obra. De modo que há identidades machadianas: embranquecido, mulato, afro-descendente. O que você acha disso, num forte momento de discussão sobre identidades étnicas?

Sidney Chalhoub: O movimento negro devia se apropriar de Machado de Assis. Como eu falei, Machado desenvolveu um tipo de concepção de literatura, a partir de certo ponto, da qual ele não mais se afastou, regida pela oposição direta ao Realismo e ao Naturalismo daquele período. Se a matéria da literatura é a alegoria, às vezes o melhor jeito de dizer algo sobre a realidade é desrealizando, criando, por exemplo, um narrador morto, que deixe a realidade imediatamente em suspenso. Isso torna a literalidade impossível, tornando a interpretação das alegorias requisito da leitura.

Diante disso, o que fazer, se o interesse é entender a crítica social de Machado, a política presente nos textos dele? Primeiro, quanto às posições dele como administrador, já sabemos que tipo de política ele professou. Do ponto de vista

³¹ A narrativa consta no capítulo 9, “O mito da democracia racial no Brasil”, da obra de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 365-384). A primeira edição é de 1977.

³² Ver *Machado de Assis Afro-descendente: escritos de caramujo* (antologia). Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte (Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Palas; Crisálida, 2007).

das alegorias, cifradas no texto, elas têm sempre o sentido de condenar o arbítrio senhorial, de criticar essas relações paternalistas e as ideologias científicistas, frequentemente racistas, que surgiam no final do século XIX. O argumento do meu terceiro capítulo, sobre Brás Cubas, é que entre as alegorias presentes no livro, uma das centrais sugere a percepção de Machado de Assis de que, como alternativa à ideologia da dominação paternalista, a linguagem do darwinismo social começava a contaminar o jeito de pensar a realidade social do país, com tons racistas fortíssimos, talvez já eugênicos, embora o termo ainda não tivesse sido inventado. A sátira é muito explícita no episódio de Eugênia, moça bonita mas coxa de nascença, que analisei em detalhe no livro. Brás Cubas não casa com a moça por causa do defeito físico dela. Os discursos de Quincas Borba são vistos em geral como alusivos ao positivismo, mas talvez sejam mais uma sátira às apropriações do darwinismo na interpretação da sociedade. Em suas crônicas publicadas na década de 1880, Machado de Assis debochou muito do darwinismo social e suas conseqüências para o pensamento social. Expor o ridículo dessas idéias era o seu jeito de lutar inclusive contra as derivações racistas delas, como no episódio da borboleta preta em *Brás Cubas*.

Veja, noutro exemplo, o que Machado andava escrevendo quando se completavam duas décadas da abolição da escravidão. É curioso que ele tenha situado os eventos narrados no *Memorial de Aires*, o seu último romance, publicado em 1908, nos meses que antecederam a abolição e nos seguintes. O diário do conselheiro acompanha os eventos, faz várias referências à escravidão, discute o destino dos libertos, a insatisfação dos fazendeiros, representada pelo Barão de Santa Pia, o pai da Fidélia. O barão tem o topete de libertar todos os escravos dele uma semana antes da lei de abolição, apenas para firmar que é direito dele alforriar os escravos, que assim não ficariam livres por uma determinação do poder público. Em certo momento, o conselheiro pensa que ainda que se queimassem todos os documentos sobre a escravidão, não seria possível apagá-la da memória social. Machado de Assis, funcionário do ministério da Agricultura, decerto soube da ordem de Rui Barbosa para queimar os documentos sobre escravidão existentes nas coletorias municipais, as listas de matrícula. A passagem da queima de documentos no romance é certamente uma alusão a esse episódio. Já em 1906, Machado de Assis publicara *Pai contra Mãe*, um conto que parece destinado a fazer lembrar os horrores da escravidão, reavivar a memória dela quando a sociedade brasileira já parecia adquirir a bossa de silenciar sobre tais assuntos. O primeiro parágrafo do conto descreve as torturas que se faziam aos escravos: a máscara de lata, ferros, açoites. Era o jeito de Machado denunciar a produção do silêncio, de lutar contra o esquecimento que se anunciava sobre o legado da escravidão. Por isso digo que o movimento negro poderia se apropriar de Machado de Assis, a maior vaca sagrada da cultura nacional, que era negro e lidou intelectualmente com a questão do racismo de várias maneiras.

Outra dificuldade nesse assunto é ter alguma dimensão de toda a opressão que existia quanto à possibilidade de você asseverar a sua condição de negro naquela sociedade. Havia uma barreira enorme, pois ao longo de todo o século XIX os sinais que aproximavam os negros livres da africanidade, da cultura negra, eram os sinais que os aproximavam também da escravidão. A ideologia racial brasileira não é uma invenção de meia dúzia de intelectuais maquiavélicos que se trancou numa sala e

maquinou a ideologia do branqueamento. Ela é uma ideologia que tem também a ver com o modo como os negros lidaram com a opressão racista no final do século XIX. O custo de se postular como negro e ostentar a cultura negra era muito alto, pois para ser livre era preciso parecer livre, o que significava não ostentar as suas características culturais como negro.

Esse é o tipo de constatação que nos deve levar a defender hoje o reconhecimento do legado da escravidão e a dívida social que existe em relação à população afrodescendente no Brasil. A questão racial precisa estar na pauta das políticas públicas e no imaginário nacional, expressa em política de cotas e outras iniciativas de reparação. A produção do silêncio sobre raça esteve por muito tempo no centro da opressão racial no país, foi assegurada por essa ideologia cujo significado principal é negar a própria existência. Machado de Assis percebeu a invenção social do mecanismo do esquecimento, por isso no final da vida, em torno do aniversário de duas décadas do final da escravidão, dedicou parte de sua literatura ao tema da precisão da lembrança, da necessidade de manter vivo o tema do legado da escravidão.³³

³³ A transcrição dessa entrevista foi realizada por Emanuel Candeias, mestrando do PPGH/UFPB..